



Anais da Assembléia

Nº 125

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado VALDIR ROSSONI
PDT Deputado WALMOR TRENTINI
PTB Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL Deputado ELIO RUSCH
PSDB Deputado CESAR SILVESTRI
PT Deputado PERICLES H. MELLO
PPB Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Claiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Riche - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Speddi; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsetto; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1997

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vannah, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basilio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163 e 164/97, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

284/97: Do Poder Executivo, que altera a redação dos artigos 1º e 2º da Lei nº 5798, de 24 de junho de 1968, que dispõe sobre a Medalha Coronel Sarmiento, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.806. **Anote-se - Arquivo-se.**

013/97: De autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Kosmos - AMAJAKO, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.807. **Anote-se - Arquivo-se.**

022/97: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no Município de Francisco Alves, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.808. **Anote-se - Arquivo-se.**

038/97: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Fundação Vale do Paranapanema - FUNVAPAR, com sede e foro no Município de Colorado, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.809. **Anote-se - Arquivo-se.**

142/97: De autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espirita Luz e Amor Maior, com sede e foro no Município de Guaraniaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.810. **Anote-se - Arquivo-se.**

175/97: De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Creche Lions Ledi Maas, com sede e foro na Cidade de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.811. **Anote-se - Arquivo-se.**

240/97: De autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Roque, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.812. **Anote-se - Arquivo-se.**

332/96: De autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional Padre Luis Luise, com sede e foro no Município de Cafelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.813. **Anote-se - Arquivo-se.**

472/96: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Casa Assistencial Mãe da Divina Providência, com sede e

foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.814. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 1909**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de pesar à família Oliveira, pelo falecimento do Sr. Hailton de Oliveira, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de pesar à família Ragugenetti, pelo falecimento do Sr. Sebastião Ragugenetti, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1911

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de pesar à família Fillus, pelo falecimento da Sra. Maria Stroparo Fillus, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Raldjar Pinto Leão, residente em Campo Mourão, pelas relevan-

tes atividades desenvolvidas em defesa da moradia digna aos trabalhadores do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Raldjar Pinto Leão, Raul, como é conhecido pelos milhares de mutuários da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, nascido na Cidade de Crucilândia - Minas Gerais, em 29 de novembro de 1951, casado com Fátima Aparecida Carvalho Leão, com quem formou uma família de três filhos: Aleksandro, Raldjane e Wagner.

Raul fixou residência em Campo Mourão no ano de 1982, e na COHAPAR teve oportunidade de desenvolver todo o seu potencial na colaboração da construção de milhares de casas na região, outras do Paraná, que foi designado para vistoriar ou tocar obras de conjuntos habitacionais.

Foi no Programa "Casa da Família", desenvolvido durante o Governo Requião, através de mutirão, que Raul colocou em prática todos os seus conhecimentos de Mestre de Obras. Profissional da mais alta qualidade, reconhecido pelos técnicos da COHAPAR, prefeitos e principalmente pelos milhares de mutuários que tiveram a oportunidade de conhecer o profissional da construção e amigo da moradia digna e de qualidade.

Raul, tocador de obras, é exemplo de trabalhador e cidadão que qualquer empresa desejaria ter em seus quadros, sempre demonstrou em suas atividades, determinação e compromisso na construção de moradias de qualidade aos trabalhadores paranaenses.

Raul é merecedor de homenagens não só dos trabalhadores, mutirantes e mutuários, mas principalmente das autoridades públicas do Estado, pois obra que passa em suas mãos, tem resultado positivo, alcançando os objetivos públicos na construção de moradias aos trabalhadores de baixa renda.

REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Paranaense de Avicultura, alusivos à promoção do III SIMPAOVOS - Simpósio Paranaense de Produtores de Ovos, nos dias 20 e 21 de agosto do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Sr. Laercio Faustino Cardoso, através de correspondência a ser enca-

minhada à Rua Mal. Deodoro, nº 252, CEP 80010-010, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja consignado voto de congratulações à jovem Luciana Zacura, de 23 anos, nascida em Campina da Lagoa, filha de Elizabete Zacura Luiz e José Luiz Filho, eleita Miss Campina da Lagoa, em concurso realizado nas dependências do Lagoão Tênis Club, naquela cidade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família (Rua General Osório, s/n, CEP 87.345-000 - Campina da Lagoa - PR).

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja consignado voto de congratulações à jovem Adriana Cunha Vargas, de 18 anos, nascida em Mamborê, filha de Ana Maria Cunha Vargas e Altino Vargas, eleita Miss Mamborê, em concurso realizado nas dependências do CTG Galpão da Amizade, naquela cidade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família (Av. Paulino Ferreira Messias, 494, CEP 87.340-000 - Mamborê / PR).

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja consignado voto de congratulações à jovem Graziela Regina Andriolla, de 17 anos, nascida em Nova Cantu, filha de Aimélia Andriolla e Veraldo Andriolla, eleita Miss Nova Cantu, em concurso realizado nas dependências do Salão de Eventos da Igreja Católica, naquela cidade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família (Av. Cantu, s/n, CEP 87.330-000 - Nova Cantu / PR).

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja consignado voto de congratulações à jovem Priscila Carolini Martins, de 15 anos, nascida em Campo Mourão, filha de Ignês Oliveira Martins e Anibal Fernandes Martins, eleita Miss Luiziana, em concurso realizado nas dependências do Clube Recreativo 21 de Junho, naquela cidade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família (Rua Prof. Nilza Macena Bezerra, s/n, CEP 87.290-000 - Luiziana / PR).

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 37º aniversário da instalação do Município de Flórida.

Da decisão desta Casa, requer-se, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Pedro Dallago - Prefeito Municipal, e à Câmara Municipal de Flórida.

Sala das sessões, em 20.08.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Flórida, anteriormente pertencente ao Município de Astorga, foi elevada à categoria de Distrito, através da Lei nº 35, de 09 de novembro de 1955.

Com a criação do Município de Iguaçu, Flórida passou a ser Distrito desse novo município.

Em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual nº 4245, Flórida foi elevada à categoria de município, cuja instalação ocorreu no dia 23 de agosto de 1960.

Com as nossas homenagens à laboriosa população desse progressista município, encarecemos à esta Casa o apoio para que se preste esta homenagem à Flórida e a seu povo.

REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Comandante Coronel Aviador Ramon Borges Cardoso, alusivos ao desempenho frente do comando do CINDACTA.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Prefeito Erasto Gaertner, 1000, Bacacheri - CEP 82515-000, nesta capital.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 1906

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido dos alunos da Escola Estadual Conselheiro Zacarias, localizada na Rua Ubaldino do Amaral, Alto da Glória, os quais solicitam uma zeladora para a escola. Ocorre que a direção da escola já fez o pedido para a SEED de uma zeladora, e como ainda o mesmo não foi atendido, alunos e professores são obrigados a executarem a limpeza das salas.

Informações complementares podem ser obtidas com a aluna Márcia Vicente Amarantes, pelo telefone 263-2794, ou pelo telefone 264-5216 (escola).

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no sentido de atender o pedido da conveniada desse Instituto, a Sra. Elígia Doi, a qual pede uma fiscalização quanto a marcação de consultas. Segundo a solicitante, há vários dias ela liga às 7:03h para o IPE, e não consegue consulta com o seu médico, que atende 10 (dez) pacientes por dia. O início do horário para marcação de consultas é 7:00h, e ela solicita uma explicação de como as vagas são preenchidas em questão de minutos. Seu telefone para contato é 369-2011.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Ta-

mandaré, no sentido de atender o pedido dos usuários do ônibus alimentador Jardim Bonfim e Jardim Geanini, os quais solicitam mais carros nessas linhas. Ocorre que somente um carro atende os 02 (dois) bairros, e como são muitos usuários, há superlotação, e os horários sempre estão atrasados e irregulares. O atendimento do presente será de grande valia para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1918

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes - SETR, reivindicando a construção da ponte do Rio Ivaí, ligando os Municípios de Santa Mônica e Tapira, uma vez que desde a construção da rodovia, a ligação entre os dois municípios é efetuada através de balsa.

A presente solicitação é um justo anseio de toda a população da Região Noroeste do Estado do Paraná, e conta com o apoio da Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense e, em especial, dos Municípios de Santa Mônica e Tapira, que tenho a honra de representar, em reconhecimento ao espírito empreendedor de seus cidadãos, conforme demonstram na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de criar-se uma ligação instantânea entre os Municípios de Tapira e Santa Mônica, se mostra marcante desde os tempos de asfaltamento da rodovia. A Região Noroeste já demonstrou sua vocação agrícola e com o advento do MERCOSUL, fica patente que todos devemos empreender uma verdadeira cruzada pela melhoria de qualidade e aumento da produtividade em todas as regiões do nosso Estado, que devem estar plenamente interligadas e, que só se concretizará se forem contornadas todas as barreiras impeditivas, inclusive as naturais, que a tecnologia nos favorece romper com largo conforto.

A construção desta ponte interligando estes municípios, facilitaria sobremaneira o escoamento da produção agrícola, oferecendo sinergia no desenvolvimento econômico e social daqueles dois municípios e dos demais circunvizinhos que desfrutariam desta mesma integração.

O Paraná tem posição geográfica privilegiada e promissora em relação ao MERCOSUL, que por suas fronteiras torna-se a "porta" mais destacada do território nacional. A remoção de barreiras impeditivas e a execução de projetos que elevem o índice da oferta de empregos e facilitem o livre tráfego de riquezas em nossa região e, o livre acesso a todas elas.

Esta é a justificativa de nosso requerimento, que contribuirá com a distribuição do bem econômico e social, fixando o homem do campo, além de proporcionar melhoria considerável da qualidade de vida do Paraná e dos paranaenses.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 390/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Passam a integrar o Quadro Próprio da Faculdade de Artes do Paraná - FAP, os atuais professores dos cursos superiores de Dança e Artes Cênicas, linha funcional TT02 - Professor 3GR, que foram nela alocados pela Resolução nº 6683, de 31 de março de 1994.

Parágrafo Único - O enquadramento se dará por ato do Diretor da referida instituição, considerando o tempo de serviço prestado ao curso, imediatamente após a publicação desta lei.

Art. 2º - Aos atuais professores dos cursos já nominados, com situação funcional reconhecida pela Lei nº 10219 de 21 de dezembro de 1992, ficam estendidos os mesmos benefícios legais assegurados aos docentes das instituições de ensino superior do Estado do Paraná, assim como, todos os demais direitos contemplados em lei advindos da regularização da lotação destes, desde que detentores do cargo de Professor de 3º Grau.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Em vista de que preceitua o inciso VIII, do art. 53, da Constituição Estadual, apresentamos o presente projeto de lei, já que se trata de uma reivindicação justa dos professores atuais dos cursos superiores de Dança e Artes Cênicas da Faculdade de Artes do Paraná.

Estes profissionais reivindicam a garantia de seus cargos de professores de 3º grau, e a legalização de suas situações funcionais com o enquadramento na tabela salarial do pessoal docente das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Esses cursos entraram em funcionamento em 01 de março de 1985, após convênio firmado entre a Fundação Teatro Guaíra e a Universidade Católica do Paraná. Daquela data até a de 31 de dezembro de 1991, os professores foram contratados pelo regime da CLT, recebendo pagamento numa linha funcional pelas duas funções exercidas: professor da Escola de Danças do Teatro Guaíra e dos Cursos Superiores de Dança e Artes Cênicas.

Em 1992, pela força da Lei nº 10.219/92, estes servidores tiveram seus empregos transformados em cargos públicos, agora então, como estatutários.

Com o rompimento do convênio supracitado, estes professores foram transferidos para a Faculdade de Artes do Paraná e lá alocados, como professores dos cursos superiores mencionados, com a linha funcional TT02 - professor 3GR, exercendo e cumprindo todas as exigências e deveres de professor de ensino superior, inclusive participando, designados pelas instituições, como elaborarem bancas examinadoras para concursos públicos e testes seletivos para cargo de professor de 3º Grau na Faculdade de Artes do Paraná, assim como, assinando os registros acadêmicos à diplomas de Bacharel e Licenciado em Dança e Bacharel em Artes Cênicas com Habilitação para Direção e Interpretação, como funções de Coordenação e Chefia de Departamentos.

Outrossim, esses professores foram surpreendidos com o Parecer nº 00001128 da Divisão Jurídica de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração, datado de 24/07/97, opinando pelo cessamento do pagamento do vencimento percebido por um dos cargos, ou seja, do Teatro Guaíra ou da Faculdade de Artes do Paraná. Igualmente, o parecer opina pela imediata regularização da situação funcional, entendendo ser ilegal a forma de pagamentos, posto que inexistente o segundo cargo, pela falta de investidura legal.

Embora a forma usual da investidura administrativa seja a nomeação por decreto ou portaria, admite a lei outras formas, como por exemplo a designação, conforme preceitua Hely Lopes Meirelles, em sua obra "Curso de Direito Administrativo Brasileiro". Caso

este que espelha a situação atual dos professores mencionados.

Assim sendo, em favor do próprio parecer da Secretaria de Estado da Administração pela regularização da situação funcional destes professores e pelo fato da comprovada qualidade que os cursos alcançaram ao longo destes anos devido as experiências técnicas e artísticas pessoais destes, que desenvolveram pesquisas e criação dos conteúdos programáticos de disciplinas específicas, onde bibliografias e estudos científicos são quase que inexistentes, entendemos que nossa proposição dará solução justa e adequada, legalizando esta situação, sem prejuízo ou perda para os professores ou para o Estado, e desta forma dar continuidade aos Cursos, de onde nasce os grandes talentos motivadores do orgulho paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 391/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado um "Pólo da Produção da Seda", liderado pelo Município de Nova Esperança, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a produção e a industrialização da seda na região.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará os mecanismos necessários à implantação do Pólo de que trata o artigo anterior e regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoio: Irineu Colombo, Edno Guimarães, Toti Colaço, Walmor Trentini, Nelson Tureck e José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Município de Nova Esperança é o maior produtor de casulos verdes deste Estado, bem como também do Brasil, contando com 761 propriedades rurais, com 1086 barracões e 4500 pessoas ligadas diretamente à atividade no campo, tendo 6007 ha destinados ao plantio de amoreira, correspondendo esta área cerca de 13,65% do território municipal, produzindo anualmente 2.305.850 quilos de casulos verdes, gerando 36% do valor bruto da produção agropecuária do Município, 19% da produção de casulos na esfera estadual e 15% de toda produção sericícola nacional.

Considerando mais, que a atividade sericícola da região atinge um raio de 50 km e 18 municípios circunvizinhos e 1401 propriedades rurais destinadas à produção de casulos verdes, com uma área de 9365 ha de amoreiras, possuindo sobre si 1862 barracões, os quais produzem o equivalente a 3.464.356 quilos de casulos. Há que se observar com a somatória das produções incluindo Nova Esperança e região, totalizando, assim, 19 municípios, uma produção anual de 5.770.206 quilos de casulos verdes, o que vale dizer representam 47% de toda produção estadual e 37% da nacional nesta atividade, envolvendo para tanto 13.266 pessoas vinculadas diretamente com a produção no campo.

Considerando ainda, que com o advento da vinda de grandes investimentos ao Estado do Paraná, faz-se necessário que cada região se desenvolva em função da sua vocação disponibilizando toda a infra-estrutura e conhecimento existente, com o objetivo de orientar o Estado na destinação do investimento adequado àquela região. Desta forma, se evitará aplicação de recursos em infra-estrutura já existentes, facilitando a captação de novos recursos, e via de consequência, estimulando o desenvolvimento regional e com menor investimento.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Estado, e principalmente uma região interiorana, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 392/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica incluído nas disciplinas curriculares, dos estabelecimentos de ensino fundamental, no Estado do Paraná, matéria que verse sobre "Alerta sobre o Uso de Drogas".

Parágrafo Único - Esta disciplina terá como desiderato primordial a informação, o esclarecimento, o alerta ao perigo que os diferentes tipos de drogas podem causar nos usuários.

Art. 2º - A disciplina será ministrada, no mínimo uma vez por semana, e o professor da cátedra poderá trazer autoridades para fazer palestras e/ou pessoas para prestar depoimentos sobre o assunto.

§ 1º - Esta disciplina, por ser de caráter informativo e educativo, não é passível de média escolar para a aprovação do aluno:

§ 2º - Há necessidade de frequência mínima, para que o aluno seja apro-

vado, a ser estabelecida pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º - Esta lei será regulamentada pela Secretaria de Estado da Educação, em prazo hábil para que possa ser implantada no calendário escolar do próximo período.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

É público e notório o crescente aumento no uso de drogas nas nossas cidades. Na classe estudantil, crianças, jovens e adolescentes, na compreensível curiosidade que lhes abate, ou até para provar aos amigos que é capaz de experimentar uma droga, correm esse risco, sem saber que em muitas vezes essa simples curiosidade ou brincadeira se traduz num caminho longo, tortuoso e sem volta. É muito mais difícil a recuperação de um viciado, do que orientá-lo, informá-lo sobre os males causados a si, aos seus familiares e à sociedade de modo geral. É muito mais inteligente prevenir do que remediar. Eduque bem as crianças de hoje, para não haver necessidade de castigar os homens do amanhã. Pensando desta forma, é que elaboramos este projeto de lei, para que desde cedo (crianças em período escolar básico), nossos jovens sejam devidamente esclarecidos e percebam que o grande "barato" da vida é ser lúcido, saudável e inteligente.

PROJETO DE LEI Nº 393/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná, à Sra. Marlene Salete Casagrande Pereira.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem como escopo, prestar uma justa homenagem a ilustre paranaense de coração, Sra. Marlene Salete Casagrande Pereira, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná e, de forma muito especial, à coletividade paranaense quando da sua passagem na presidência do PROVOPAR.

Mulher honrada, empreendedora, humanitária, nascida em 23 de novembro de 1950, no Município de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul, fixou residência no Estado do Paraná, em 1965, mais precisamente no Município de Cascavel.

Sempre esteve na vanguarda da luta pelo social, em 1974 filiou-se ao antigo MDB e no ano de 1982, transferiu residência para Curitiba.

Entre o período de 1993 a abril de 1994, prestou serviços exemplares na Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), quando veio para Curitiba e assumiu a presidência do PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, onde desenvolveu serviços incontestáveis de grande relevância, dentro do setor social, em nosso Estado.

A Lei de nº 6538, de 13.09.67, que estabelece diretrizes para a concessão desta honraria, preceitua nos seus itens: o desempenho com denodo de função pública; e ação em favor de obras de relevante valor social.

Assim, cumpridas as exigências legais, por questão da mais pura justiça, solicitamos dos nobres pares o apoio a este projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 394/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Nosso Lar, com sede no Município de Pinhais e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Nosso Lar tem por objetivo dedicar-se ao estudo e a prática do espiritismo, no seu triplice aspecto filosófico, científico e religioso consoante os princípios codificados por Alan Kardec.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 395/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado de "Colégio Estadual Aparício Silvério dos Santos" - Ensino de 1º e 2º Graus.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

A intenção do presente projeto de lei é de prestar singela homenagem ao saudoso Aparício Silvério dos Santos.

Aparício Silvério dos Santos nasceu no dia 31 de dezembro de 1923, em Conceição de Monte Alegre - São Paulo.

Filho de Olímpio Silvério dos Santos, militar e agricultor, e de Libertina de Moraes Silvério, do lar.

Veio ao Paraná ainda criança, e residiu no norte pioneiro, região de Cornélio Procopio.

Casou-se com Maria de Lourdes Custódio, no dia 14 de outubro de 1959. Desta união nasceram seis filhos: Laércio Silvério dos Santos, Antônia Silvério dos Santos Palmério, Luiz Antonio Silvério dos Santos, Iracy Silvério dos Santos Stella, Maria Célia Silvério Cavali e Paulo César Silvério dos Santos.

Agricultor e líder comunitário, estava sempre ao lado da família.

Vieram a Curitiba em 1979 e residiram em Santa Felicidade.

Faleceu no dia 08 de junho de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subimos à tribuna na tarde de hoje, consternados com a notícia do falecimento do agricultor José Arnaldo Santos, de 26 anos, baleado na cabeça, por jagunços na Fazenda Saveiro. O agricultor participava do MST, 1200 famílias haviam ocupado a fazenda no dia 26 de julho, encontravam-se em negociação com o INCRA, com os órgãos da União, para desapropriação desta terra improdutiva e vários jagunços, enquanto os trabalhadores lavravam a terra, atacaram três vezes durante o dia e na terceira vez, José Arnaldo foi ferido mortalmente na cabeça e veio a falecer esta madrugada, no Hospital de Campo Mourão.

Esta morte acontece no momento em que se aguça o conflito pela terra e que representantes de alguns poucos fazendeiros, infimas minorias sociais privilegiadas secularmente na história brasileira, este setor passa a se manifestar de maneira violenta, ameaçando de todas as formas, dizendo publicamen-

te que vão se armar para destruir um dos movimentos que marca, neste final de século, a luta dos excluídos e dos pobres desta terra.

A luta ideológica chega a tal ponto, o refinamento desta luta, que setores representantes destas infimas minorias sociais poderosas tentam incutir a sua ideologia através de jornais, que muitas vezes sustentam com o poder econômico que tem, televisões, rádios, tentando incutir na consciência das pessoas que uma ocupação de terra é a mesma coisa que um assalto a um banco, a um supermercado, para tentar fazer mais uma vez que as maiorias sociais acabem cegadas pela mídia e se coloquem a favor daqueles que tudo tem e que nada precisam, e que foram historicamente privilegiados e contra aqueles que não tem nada e a única coisa que querem é um pedaço de terra, para que possam viver com seus filhos, possam produzir, ter o que comer, ter um pouco de educação e um pouco de saúde.

Todos os sociólogos, cientistas sociais que estudam a questão da terra, dizem claramente que a terra é um meio de produção muito singular, por um motivo muito simples: a terra é um meio de produção que tem um limite físico diferente dos outros. Indústria, teoricamente, pode se reproduzir ao infinito, não se pode dizer no Brasil que há um limite para se construir fábricas, infinitas fábricas podem ser construídas no nosso país, com o trabalho humano. Da mesma forma, pode se construir infinitas casas. O trabalhador que não tem casa, pode escolher formas diversas de manifestação para reivindicar uma política habitacional dos Governos do Estado. O trabalhador que não tem comida, pode escolher formas outras de se manifestar para que a sociedade produza mais, para que todos possam ter acesso à comida.

Agora, a terra é um bem finito, ou seja, o Brasil tem 8 milhões 500 quilômetros quadrados de terra. Se uma pessoa for dona desses 8 milhões e 500 quilômetros quadrados, ninguém mais tem terra de forma nenhuma e é isto que acontece.

Se pegarmos os dados estatísticos da tragédia deste país, vamos perceber que é um dos países de mais alto índice de concentração de terras do mundo. Dois por cento dos proprietários brasileiros são os grandes proprietários, são donos da metade do Brasil. Este dado tem que ser repetido à exaustão. Dois por cento dos proprietários são os grandes fazendeiros, são donos da metade do Brasil.

Em consequência desta concentração absurda, em consequência da agricultura funcionar no universo capitalista, conforme o ciclo econômico, existem momentos em que o investimento se retrai, e portanto, a terra fica improdutiva, porque o fazendeiro tem o capital, e ele avalia a terra como avalia as ações do mercado, naquele momento em que ele espera que o seu capital possa render mais a juros, ele tira o capital da terra e a terra fica improdutiva, enquanto a pequena produção não, porque a única coisa que o pequeno produtor tem, é a terra, ele não tem capital, e portanto ele trabalha sempre na terra, por maior que seja a crise, produzindo seu arroz, seu feijão, seu milho.

E é por isso, por esta questão econômica essencial do universo capitalista que quem produz os bens para a família do trabalhador brasileiro, é ainda a pequena produção, por mais que os ideólogos anti-reforma agrária, digam aos quatro ventos que a pequena produção não resiste a modernidade, ela é mais improdutiva que a grande produção, apesar de não conseguirem provar, porque existem países no mundo como a China, que sustenta mais de um bilhão de seres humanos com a pequena produção familiar baseada na mão-de-obra que é abundante naquele país.

Por isso, é preciso entender por que nós, de viva voz e cabeça erguida, apoiamos as ocupações de terras improdutivas? Porque não há outra alternativa possível para fazer reforma agrária. Se pegarmos a história da terra no Brasil, vamos verificar que quando a terra era livre, o homem era cativo, porque era escravo, e quando o homem ficou livre, a terra ficou prisioneira, porque em 1850 se fez uma lei de terras para impedir que os pobres tivessem terra. A partir da lei de terra, só pode ter terra quem pode pagar pela terra, porque quando o homem era prisioneiro, era escravo, a terra era livre. Quem ocupasse a terra, dela era dono. Quando o homem vai ser libertado, os donos do poder impedem que os escravos libertos tomem posse da terra para ser dono dela, e só aqueles que têm dinheiro podem ocupar a terra. Se voltarmos atrás nas sesmarias, toda a história do Brasil, a política dos Governadores, quando a terra passa da União para os Estados, e as maiores grilagens de terras acontecem em todo o Brasil.

Quem não se lembra de Lupion, no Paraná, é da fama que teve por oferecer tratos de terras para os seus apaniguados, de todos os pontos de vista. Do ponto de vista da análise histórica, de ponto de vista moral, ético, somos a

favor da ocupação de terras improdutivas, mesmo porque na legalidade constitucional deste país esta colocado claramente que a terra tem que cumprir a função social.

Não podemos aceitar que milhões de homens morram à mingua, enquanto infima minoria social, que tem a grande propriedade, não pelo trabalho humano, porque é impossível que pelo trabalho humano, que alguém tenha tanto, e outros não tenham nada.

A grande propriedade faz parte da história do país, da grilagem, do processo de desenvolvimento histórico, do benefício às minorias e o MST não vê outro caminho para fazer a reforma agrária, senão a ocupação das terras improdutivas, porque na história do Brasil não existe avanço social sem luta, mesmo a legalidade avança quando a luta social vai em primeiro lugar.

E só se está distribuindo um pouco de terra por causa do MST. De nada valeriam os belos discursos dos Parlamentares, se não fosse a luta social do MST. Muito pouco teria conquistado pela reforma agrária.

José Sarney dizia que ia assentar um milhão e duzentas mil famílias no seu Governo. Assentou nem a décima parte, e por aí afora.

É por isso que entendemos que a sociedade brasileira, os trabalhadores da cidade e do campo, as classes médias, os pequenos e médios empresários, os donos de terra improdutiva devem se colocar e ter uma opção clara pela reforma agrária, a favor do MST, porque tem que ter uma posição, e se alguém tem que perder, que percam aqueles que sempre ganharam, e que ganhem um pouco aqueles que sempre perderam no processo histórico de nosso desenvolvimento.

É preciso dizer, Deputado Plauto Miró Guimarães, que é diferente uma ocupação de terra, de um assalto a um banco. Quando o MST ocupa uma terra improdutiva, ele não realiza violência, ele convoca o Governo a tomar uma posição e pressiona o Governo; ele não quer que o fazendeiro perca, nem isso, ele quer que o Governo faça a reforma agrária, use a Constituição, pague a terra em títulos de dívidas agrárias como está na Constituição Brasileira. É a única forma e alternativa que ele tem, os deserdados, aqueles que não têm terra, de forçar o Governo a negociar. O que o fazendeiro vai perder, este que tem a sua terra ocupada e improdutiva pelos sem terra? Ele é parte da negociação, ele vai se dirigir ao Governo do Estado, que vai negociar, que tem todo um rito processual para isso, o Governo vai desapropriar a terra, vai

pagar a dívida agrária, ou vai achar uma alternativa outra, como achou agora o Governador Jaime Lerner, de comprar a terra, já que no mercado de terras o preço caiu no Plano Real, alguma alternativa. O que o MST faz? Ele exige essa tomada de posição do Estado, e a única forma dele poder exigir, é através da ocupação da terra. É diferente de um assalto a um banco, quando a única alternativa que existe para resgatar o dinheiro roubado é ir atrás do ladrão e prender, é uma coisa completamente diferente.

E isso tem que ser colocado nos corações e nas mentes do povo brasileiro, que não se pode enganar mais uma vez, por uma ideologia dominante perversa, por aqueles que são donos do capital, donos do poder econômico.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, escuto o seu pronunciamento, um pronunciamento no qual o senhor coloca as posições de reforma agrária no nosso País, da qual uma parte delas concordo, e outras discordo.

Concordo que precisa se dar aqueles que vieram da terra, um pedaço de terra novamente, para delas eles podem viver, e elas, eles explorarem. O nosso país é um país que tem extensão continental, e tem muita terra improdutiva, e terras na mão do Governo.

Sou a favor da reforma agrária sim, mas não da maneira como o MST vem fazendo dentro do nosso país, invadindo áreas da forma como vem invadindo, áreas produtivas.

O senhor deve estar informado que temos mais de 100 propriedades invadidas dentro do Estado do Paraná, sendo que das 100 áreas, mais de 50 já têm reintegração de posse, e aonde temos o nosso Poder Executivo Estadual não cumprindo todas essas medidas judiciais que o Poder Judiciário deu.

O senhor citou aqui, minutos atrás, a questão da invasão no Município de Nova Cantu, de uma propriedade, onde o proprietário conseguiu na justiça a reintegração de posse daquela área, da qual o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança, não cumpriu, e essas pessoas, não achando bom estar dentro dessa área da qual eles tomaram conta, da qual eles invadiram, eles resolveram invadir outras áreas também.

A realidade é uma, nobre Deputado Péricles. Essas pessoas invadiram uma área, que INCRA já tinha dado, que é

uma área produtiva, não é uma área improdutiva.

Lá na região Noroeste do Estado, onde temos representantes nesta Casa, problemas semelhantes estão acontecendo. Áreas produtivas estão sendo invadidas, onde os proprietários, através da defesa da sua propriedade, estão se unindo e tentando fazer a defesa, que a Secretaria de Segurança, através do Governo do Estado, não tem dado a segurança para as áreas, principalmente, em cima de medidas judiciais, que o Poder Judiciário tem dado, a integração de posse.

Sou a favor da reforma agrária, mas em áreas improdutivas. Áreas que estão produzindo, não sou favorável.

O SR. PÉRICLES MELLO - Toda a sua argumentação é para justificar a violência de fazendeiros? Tudo o que o senhor falou? Isto é o que estou questionando.

(Conversas paralelas)

O senhor usa uma argumentação para justificar o assassinato de homens indefesos, que nada têm, e que são secularmente excluídos deste País, e para defender ínfimas minorias sociais, que tudo têm, e não se atrevem nem sequer a transformar a sua terra em terra produtiva.

(Conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - A Mesa comunica que a palavra está com o orador da tribuna.

O SR. PÉRICLES MELLO - O trabalhador foi assassinado por jagunços pagos pelos ricos, que podem pagar. Pode pagar pessoas pobres para matar pessoas pobres, como foi na história da humanidade. Jagunços pagos. Enquanto esse lavrador arava a terra, foi assassinado de forma covarde.

Acho que o povo brasileiro precisa se posicionar. A única alternativa que o Movimento vê, é ocupar a terra improdutiva para estabelecer o processo de negociação. Se houve uma posição jurídica sobre a terra, o fazendeiro, ao invés de matar o trabalhador, que vá pressionar o Governo brasileiro.

E dentro deste Estado, ele tem grande poder, diga-se de passagem, porque tem o controle das minorias do Parlamento, das maiorias do Senado Federal.

De todas as formas é injustificável, que ao invés de pressionar o Estado, quem tem poder para pressionar, mate seres humanos indefesos, que a única coisa que fazem em defesa da vida

é ocupar um pedaço de chão improdutivo para trabalhar e viver com os seus filhos.

Sabemos que a própria Constituição diz que a vida é superior à propriedade, quanto mais a propriedade, concentrada injustamente num processo desequilibrado, como foi no Brasil, que eram terras improdutivas.

Por isso, Sr. Presidente, lamento ter que subir a esta tribuna, para chorar a morte de um desses homens que pertencem a famílias condenadas a cem anos de solidão, como diz o grande escritor Garcia Marques, no seu livro.

Repito, que progressivamente, as classes médias, os trabalhadores urbanos, pequenos e médios empresários, agricultores de terras produtivas vão se colocar a favor das maiorias excluídas, porque ninguém mais pode aceitar mais um mundo tão desigual como esse que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Um minuto para a conclusão do orador, que concede um aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Péricles, defender os pobres é difícil, porque deles pouco podemos esperar. Defender os menos assistidos socialmente é difícil. Defender as elites é fácil, porque as elites tudo podem neste País e neste mundo afora. Defender um agricultor sem terra, nobre Deputado, na verdade, não é uma parada fácil, precisa ter coração, sentimento e compromisso com as lutas sociais, com as desigualdades sociais deste País.

E é por isso, Deputado, que os agricultores sem terra, quando ocupam uma propriedade, eles também o fazem contrariando a sua própria vontade, porque outra maneira não têm que conquistar a reforma agrária, a não ser através da pressão, porque as autoridades federais, infelizmente, não têm sensibilidade para este problema.

Aqui no Paraná, temos 79 propriedades invadidas, o no Brasil tem outras tantas, mesmo contra a vontade daqueles agricultores que, de forma mais terrível, se sustentam debaixo de uma lona plástica perversa e cruel. Porque é triste a vida de um ser humano, de um cidadão, de um pai ou de uma criança que precisa ficar lá, subjugados à uma condição infame e terrível, embaixo de uma lona plástica, aguentando as agruras do sol e da chuva e das intempéries.

Por isso, Deputado, é preciso que alguém como Vossa Excelência e outros

tantos desta Casa, ergam a voz na defesa desta gente sofrida, desse povo que quer justiça, que quer um pedaço de terra para trabalhar e que, infelizmente, recebe, muitas vezes, o cartucho estourado da espingarda, da metralhadora e do fuzil, para puni-lo, em função de sua vontade de trabalhar para matar a fome de sua família!

É lamentável a morte do agricultor, e não queremos que o sangue do agricultor do Paraná sirva de adubo para a terra. Queremos que o sangue do agricultor, que circula nas veias do nosso povo, sirva de entusiasmo, ânimo, força, para que ele possa continuar produzindo e lutando nesta vida terrível, que é a vida do agricultor.

Parabenizo Vossa Excelência e me somo neste seu grito de revolta contra assassinatos dos agricultores, dos trabalhadores sem terra, que lutam por um pedacinho de terra, não só no Paraná, como no Brasil inteiro!

O SR. PÉRICLES MELLO - Agradeço o seu aparte e concluo o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Projetos necessitando de apoioamento, dos Deputados Toti Colaço (2), Horácio Rodrigues, Luiz Carlos Alborghetti, Basílio Zanusso e Anibal Khury. Apoiados.

A Mesa registra com satisfação, a presença, neste Plenário, do Dr. Humberto Pedrosa Spinola, Coordenador do Conselho de Defesa de Direitos Humanos, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, que veio ao Paraná para participar da solenidade que irá regulamentar a Lei nº 11.255, de autoria do Deputado Beto Richa, que indeniza os presos políticos torturados no Paraná. A solenidade se realizará às 16 horas, no Palácio Iguaçu.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, queria registrar a presença do Professor Adalmir, da Cidade de Engenheiro Beltrão.

E por falar em professor, o professor é nosso guia para um futuro melhor, que orienta pais, semeia a educação a esse Estado, contribuindo por esse Brasil.

Era este o meu registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Devidamente associado pela Mesa Executiva.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/97, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamentos junto à União, destinados à liquidação de compromissos originados de empréstimos obtidos junto a credores estrangeiros, de responsabilidade da administração direta estadual, no valor de US\$ 152.980.877,99 (cento e cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta mil, oitocentos e setenta e sete dólares e noventa e nove cents do dólares dos Estados Unidos da América). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA C.C.J., APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/96, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais - APAE, da Cidade de Santa Cecília do Pavão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Giampero Monacci - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná - SECONCI/PR, no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação da Creche Municipal Maria José Vasconcelos, com sede e foro no Município de Alto Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Canaã, com sede e foro na Cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - (Lê requerimentos).

Pedido em regime de urgência, do Deputado Ângelo Vanhoni, sobre o Projeto de Lei nº 271/97, e outros.

Com sua discussão adiada.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, solicito da Mesa que esse requerimento possa ser votado na data de amanhã, uma vez que o Deputado Ângelo Vanhoni se encontra ausente, e amanhã ele poderá discutir, em Plenário, como quem está fazendo o requerimento.

Logo a seguir há outro requerimento, do mesmo Deputado, que também foi adiado da discussão de ontem. Faço a mesma solicitação, como companheiro de bancada dele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Deferido.

Requerimentos n°s 1906 a 1908, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1909 a 1911, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1912, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1913, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1914 a 1917, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck,

constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1918, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1921, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1923, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 169, 304, 318 e 321/97.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 274 e 300/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 188, 252, 261 e 310/97.

Levanta-se a sessão.